

Identidade Histórica

Uma nova era esboça o contorno social-democrático na política brasileira. A classe média tomou nas mãos um destino histórico que lhe era recusado pela teoria mas confirmado pela realidade. A democracia se identifica cada vez mais com uma categoria social que lhe reserva hoje o papel político decisivo.

Esta eleição dá sinais de um país que venceu a etapa da transição política e se atualiza pelas linhas universais que balizam o tempo atual. A sucessão presidencial, como ponto de referência política numa renovação geral de governantes e mandatos representativos, acentuou o contraste entre o eleitor dotado de consciência da sua responsabilidade política e políticos que marcam passo no passado, porque são incapazes de perceber em tempo as necessidades. Ficaram para trás.

A lei eleitoral criou a zona de silêncio, separando a campanha eleitoral e a eleição, para que os cidadãos possam fazer a reflexão final e optar sem sofrer a pressão estridente da propaganda política. Chegou o dia em que os brasileiros vão, pela segunda vez, eleger um presidente da República como uma nova oportunidade que a democracia lhes garante. O número de candidatos foi suficiente para atender a todos os matizes da pluralidade social em termos políticos. O aspecto diferente desta em relação à eleição passada foi o menor grau de dispersão das intenções de voto: os eleitores desenganaram-se da quantidade e se concentraram claramente em duas candidaturas como suficientes para atender, em termos representativos, as aspirações da maioria.

Não obstante, ressaltou também da campanha eleitoral a fraqueza dos partidos como agentes de mobilização política. Perderam a confiança dos cidadãos. O desinteresse ou a desinformação a respeito das chapas de candidatos a deputado — federal ou estadual — não decorreu apenas do excesso de pretendentes, como resultado do número de partidos. Percebe-se no eleitor o desencanto com os seus representantes e com os partidos que ficam de costas para o interesse público. Nunca houve uma representação tão desacreditada como esta que não honrou os seus mais elementares deveres. Nem mesmo a obrigação de votar o Orçamento da União foi cumprida este ano.

Do ponto de vista da ética, a representação que não deu continuidade à complementação legal da Constituição passará aos anais legislativos pelo escândalo do Orçamento. Não foi suficiente a punição de alguns porque a impunidade de outros, obtida mediante troca de favores corporativos entre os partidos, esvaziou a credibilidade conseguida no *impeachment* presidencial.

Fica também a lição de que o candidato que se dedicou a oferecer propostas de governo foi honrado com a preferência nas intenções de voto. Não foi por acaso, e muito menos por artifício, que o candidato Fernando Henrique Cardoso partiu de uma posição inferior nas pesquisas e galgou a liderança: a sociedade reconheceu que a sua candidatura era decorrência natural do lançamento do real, no qual lhe coube a missão preparatória. Ao externar em escala crescente a sua preferência pelo candidato socialdemocrata, a classe média estava finalmente encontrando a sua

identidade histórica e demonstrando aplauso à forma democrática, absolutamente transparente, com que o governo Itamar Franco implantou a nova moeda.

Não há como desconhecer que a classe média, nesta afirmação política, introduziu novo comportamento político que pede maior atenção dos estudiosos: desde a reconstitucionalização do Brasil, em 1945/46, a condição de candidato oriundo dos governos era mortal nas urnas. Os candidatos venciam sempre pela marca oposicionista. Nem o próprio regime autoritário resistiu a uma eleição com um mínimo de liberdade.

O primeiro presidente eleito pelo voto direto, depois de 30 anos, venceu a disputa prometendo aos eleitores dar voz de prisão ao presidente que saía. Era apenas um gesto eleitoral, mas carregado de significado ético. Fernando Henrique foi acusado sem provas de ser bafejado por favores governamentais, quando há meio século — desde que o país entrou na era industrial e moldou uma crescente classe média — os favores distribuídos através da administração direta ou indireta perderam a eficácia. Era mais útil simular a condição oposicionista. Portanto, o Brasil mudou e os brasileiros também.

Um novo padrão sobrepõe-se às relações formais entre eleitos e eleitores. As campanhas eleitorais calaram o discurso retórico que os espetáculos substituíram, quando os políticos aceitaram a condição subalterna que o autoritarismo lhes impôs. Não sendo livre a palavra (no Congresso ou nas campanhas eleitorais) não havia mobilização política. Sendo indireta a eleição dos governantes, os eleitores não passavam de coadjuvantes de uma farsa que todos fingiam levar a sério.

Submetida à opção primária por um bipartidarismo que se sustentava no oportunismo dos que aceitavam ser nominalmente oposicionistas e dos governistas sem nada a oferecer, além da dócil submissão ao autoritarismo, a sociedade começou a se reencontrar quando a necessidade franqueou a criação de partidos políticos e restabeleceu a eleição direta dos governadores no começo dos anos 80. O resto foi consequência e uma questão de tempo. A primeira eleição presidencial direta serviu mais para medir o despreparo político ao submeter a nação a uma escolha que não representava as tendências dominantes na sociedade.

A nação reconheceu nas consequências os equívocos que cometeu por ter votado com critérios do passado: optou por uma falsa modernidade e recusou o sincretismo anacrônico que misturou conceitos socialistas e inspiração religiosa. O erro essencial de escolha não implicou concessão. A sociedade acentuou a sua divergência com todas as formas de atraso político e se encontrou numa nova e moderna visão nacional, sem paternalismo, sem corporativismo ou qualquer dos resíduos do passado.

A classe média oferece à social-democracia, que chega ao Brasil no vácuo deixado pela esquerda anacrônica, a base de confiança, esperança e tolerância com que a democracia passa a contar. Esta eleição confirmou sinais de amadurecimento político que acenam com uma longa e proveitosa normalidade política e institucional.